

ASSOCIATIVISMO

CÉSAR BESSA MONTEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS CONSULTORES EM PROPRIEDADE INTELECTUAL (APCPI), AFIRMA

“Patente Europeia está a ser construída à martelada”

O Tribunal da Propriedade Intelectual em Portugal conta com apenas um juízo cujo juiz acumula funções noutras comarcas. César Bessa Monteiro considera manifestamente insuficiente, pede “um Magistrado a full time” e a abertura de um novo Juízo em Lisboa e um no Porto. De olhos postos no âmbito comunitário, o presidente da APCPI também não gosta do que vê: “É preocupante constatar-se que todo o sistema que enquadra a Patente Comunitária está a ser construído à martelada, com manifesta desconsideração dos interesses dos cidadãos de países como Portugal”.

MARTA ARAÚJO
martaaraujo@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Em março do ano passado, entrou em vigor o decreto lei que deu luz verde à criação do Tribunal da Propriedade Intelectual. Que balanço faz do funcionamento deste organismo?

César Bessa Monteiro - O Tribunal da Propriedade Intelectual foi instalado em Lisboa e começou efetivamente a funcionar em 1 de abril deste ano só com um juízo e acumulando o juiz as suas funções com as exercidas noutra comarca. Espera-se que no movimento judicial que se vai seguir seja colocado no Tribunal da Propriedade Intelectual um magistrado “full-time”. Por tudo isto, é manifestamente prematuro fazer-se, neste momento e em definitivo, um juízo sobre o funcionamento do Tribunal.

VE - Do seu ponto de vista, apenas um juízo para todo o território nacional é suficiente?

CBM - O que pode dizer-se é que a criação de um tribunal específico e especializado para tratar dos litígios emergentes da Propriedade Intelectual veio preencher uma lacuna existente no nosso sistema judicial e satisfazer as aspirações de tantos que trabalham nesta área. No entanto, sempre se poderá dizer que a criação de um só Tribunal em Lisboa e com um só juízo poderá não preencher as necessidades que levaram à criação do Tribunal, tanto mais que tal Tribunal irá julgar, além das matérias relativas à Propriedade Industrial, igualmente os litígios resultantes da violação do Direito de Autor e Direitos Conexos que até agora eram dirimidos pelos tribunais comuns. Em meu entender,

o Ministério da Justiça deveria ponderar, tão rapidamente quanto as circunstâncias o permitam, a criação de pelo menos mais um Juízo no Tribunal de Lisboa e a instalação de outro Tribunal no Porto.

VE - No que diz respeito à Patente Comunitária e ao funcionamento do Tribunal Unificado de Patentes, considera que os empresários portugueses estão atentos ao seu funcionamento?

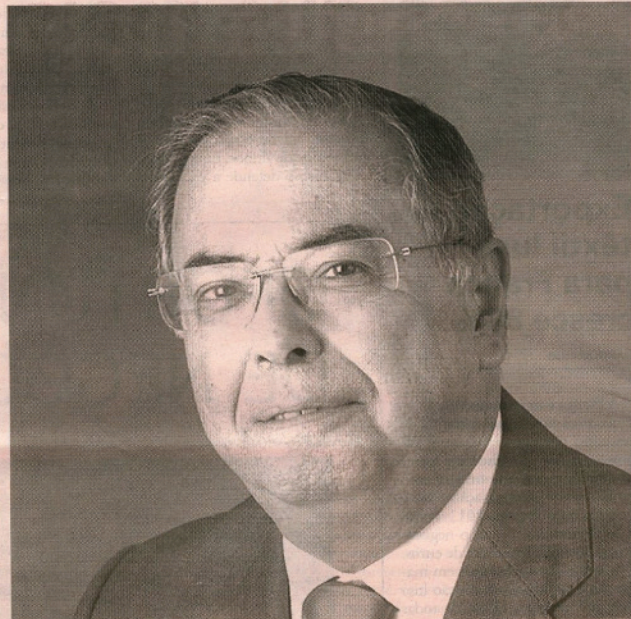
CBM - As empresas portuguesas e os profissionais que as assistem na área da Propriedade Intelectual devem começar a preocupar-se seriamente já não tão só com o funcionamento dos tribunais portugueses, mas com o sistema jurisdicional que enquadra a Patente Comunitária e o funcionamento do UPC - Tribunal Unificado de Patentes a que a breve trecho poderão estar sujeitos. É preocupante constatar-se que todo o sistema que enquadra a Patente Comunitária está a ser construído “à martelada”, com manifesta desconsideração dos interesses dos cidadãos de países como Portugal, circunstância que já levou a Espanha a não embarcar no sistema e a impugná-lo junto do Tribunal de Justiça e o Parlamento Europeu a adiar uma decisão sobre o assunto. É pena que assim seja, pois não restam dúvidas que a implementação de uma Patente Unitária feita com cuidado, serenidade e seriedade seria um fator de importância primordial no fomento da inovação e competitividade da Europa.

VE - Na hora da internacionalização, quais são os aspetos prioritários que devem ser tidos em conta?

CBM - Pelo que respeita à proteção dos direitos da Propriedade Industrial, designadamente das invenções por meio de depósitos de pedidos de patentes, devem os inventores, sem demoras, requerer tal proteção a fim de não verem todo um esforço de investigação ir beneficiar terceiros que em nada contribuíram para o processo inventivo. No que respeita, em particular, às invenções, há que deixar claro que um dos requisitos da patenteabilidade de um

Organismo internacional propõe região transfronteiriça do Douro e Tejo a Património Mundial

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), um organismo ambiental com delegação em Espanha, vai avançar com uma proposta para que as regiões transfronteiriças do Douro e do Tejo sejam declaradas Património Mundial da Humanidade. As áreas protegidas propostas são as Arribas do Douro Internacional, bem como algumas áreas abrangidas pelo Parque Natural do Tejo Internacional e zonas da Serra de São Mamede (Alto Alentejo).



César Bessa Monteiro, presidente da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Intelectual.

processo ou de um produto consiste na novidade que poderá ser posta em causa se o processo ou produto for divulgado antes da apresentação no Instituto competente do pedido de patente. Por essa razão, os gastos com a proteção da propriedade intelectual devem ser considerados mais como um investimento e uma salvaguarda do que como um custo. Por outro lado, os inventores portugueses - e tem sido notável a atividade de inovação de muitas empresas portuguesas na presente conjuntura - têm ao seu dispor instrumentos que lhes

permitem proteger dentro e fora do país e sem grande dificuldade o produto da sua atividade inventiva, como é o caso da proteção pedida ao abrigo da Convenção da Patente Europeia ou do Patent Cooperation Treaty (patente internacional).

VE - Como qualifica, em Portugal, o combate a produtos contrafeitos?

CBM - Existe em Portugal, como na União Europeia, legislação adequada ao combate a tal flagelo, e tem sido notável o esforço de entidades como a ASAE, GNR e Autoridades Alfandegárias. Mais preocupante tem sido a situação quando os assuntos transitam para os tribunais devido à manifesta morosidade que se verifica na resolução dos assuntos. Não por culpa dos magistrados ou dos funcionários, mas porque o sistema funciona mal. Estou em crer e tenho esperança que a criação do Tribunal da Propriedade Intelectual possa constituir um primeiro passo para se ultrapassar esse obstáculo.

VE - Qual é o diferencial de marcas existentes em Portugal e as que estão registadas?

CBM - Não tenho dados que me permitam responder com certeza a esta questão, mas estou convencido que a diferença tem vindo a diminuir à medida que cresce a consciência de que o registo, e por consequência a proteção, é tão essencial como a qualidade de fabrico do produto.

Marcas portuguesas registadas no estrangeiro aumentam 12%

César Bessa Monteiro assegura que está a crescer o número de registo de marcas portuguesas no estrangeiro. “Dados que posso permitir-me concluir que o número de marcas requeridas para proteção no estrangeiro com origem em Portugal tem aumentado na ordem dos 12% por ano, designadamente as marcas comunitárias e as marcas internacionais”, afirma.

O presidente da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Intelectual refere, a título de exemplo, que “em 2011 foram pedidas 1007 marcas comunitárias na OHMI, em Alicante, e 151 marcas internacionais”. Tais números, acrescenta o mesmo responsável, “podendo ter algum relevo à escala nacional terão menor significado quando apreciados no conjunto dos pedidos efetuados já que as 1007 marcas comunitárias se integram num universo de 105.857 marcas pedidas e as 151 num universo de 37.533”. Questionado sobre o preço médio de um pedido de uma proteção, César Bessa Monteiro faz questão de sublinhar, desde logo, que “o pedido de registo de uma marca em Portugal feito, como aliás é de todo aconselhável, com a colaboração e assistência de um profissional”. Quanto a preço, afirma, “andarà à volta dos 400 euros”. Este valor, assegura o especialista, “é mais barato do que aquele que nas mesmas circunstâncias é efetuado em Espanha ou Alemanha”.